

ENTRE A CASA GRANDE, CASEBRES E JIRAUS: RELAÇÕES DE PODER E SUBALTERNIDADE DAS MULHERES DALCIDIANAS EM MARAJÓ

BETWEEN THE BIG HOUSE, HUTS AND JIRAUS: POWER RELATIONS AND SUBALTERNITY OF DALCIDIAN WOMEN IN MARAJÓ

Maria Helena de Aviz dos Reis¹

Norma Cristina Vieira²

RESUMO

A intenção em trazer a obra o *Marajó* (1947) de Dalcídio Jurandir é despertar para uma etnografia da Amazônia Paraense no século XX e visibilizar as mulheres representadas pelo romancista que desvela as relações de poder, silenciamento e subalternidade ao patriarcado branco. A pesquisa considera a trama das mulheres Marta, Nhá Benedita, Siá Felismina, Alaíde e Orminda, que traçaram estratégias de sobrevivência e resistência à hierarquia fálica. Refletir sobre tais práticas sociais ajuda a compreender as fontes documentais sobre um povo escravizado e humilhado. Entre a casa grande, os casebres e os jiraus, as relações subalternas são invisibilizadas e as práticas coronelistas vistas no passado serpenteiam alegoricamente neste século XXI.

PALAVRAS-CHAVE: Relações de poder. Subalternidade. Mulheres. Marajó.

ABSTRACT

The intention of bringing the work the *Marajó* (1947) by Dalcídio Jurandir is to awaken to an ethnography of the Amazon of Pará in the XX century and to visualize the women represented by the novelist who unveils the relations of power, silencing and subalternity to the white patriarchy. The research considers the plot of the women Marta, Nhá Benedita, Siá Felismina, Guita, Alaíde and Orminda, outlined strategies survival and resistance to the phallic hierarchy. Reflecting on such social practices helps to understand documentary sources about an enslaved people and humiliated. Between the big house, the huts and the jiraus, the subaltern relations are invisible and the colonelist practices seen in the past meander allegorically in this XXI century.

KEYWORDS: Power relations. Subalternity. Women. Marajó.

Introdução - A bordo de *Borboleta*³ pelas estradas molhadas de *Marajó*

Neste vasto território amazônico não há de se negar a existência de uma diversidade complexa de relações, sejam elas políticas e histórico-culturais, socioeconômicas, ou ainda, de dominantes e subalternizados que constituem uma sociedade marajoara multiétnica com vozes mandantes e outras engasgadas por este entrecruzar de poder e contradições tão característicos desde a colonização brasileira (RABELO E NEVES, 2014).

¹ Doutoranda em Antropologia Social no Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Pará (Ufpa).

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes da Amazônia, Universidade Federal do Pará (Ufpa)-Campus Bragança. Email: normacosta@ufpa.br

³ Embarcação que pertencia ao Cel. Coutinho, citada no texto.

Na sociedade marajoara, assim como em outras sociedades colonizadas por europeus e resistentes aos desmontes culturais, estas relações entre classes são conflitantes e emaranhadas por uma teia de forças que provocam embates em sistemas hierárquicos de poder, o que certamente geraciona uma disputa social e manipula tais relações. Neste sentido, *Marajó*⁴ traduz a resistência de uma população amazônica que luta contra o patriarcado branco, dominante de terras e águas, que do alto da casa grande lança ordens de desatinos e miséria aos casebres.

No que tange essa política oligárquica e colonizadora, as terras e águas choram por seu povo os desmandes do poder. Por meio dele estabelecem-se relações de opressor-oprimido e tantas outras relações que exprimem desigualdades e violências (FOUCAULT, 1979), este, denunciado por Dalcídio Jurandir em sua obra. Principalmente o poder patriarcal que joga o laço e alcança as mulheres, culturalmente desvalorizadas e submissas.

Em Ponta de Pedras, nos rastros do Fidalgo Marajoara⁵

Um dedo de prosa para se aproximar de Dalcídio Jurandir, compreender sua obra a partir da sua sensibilidade em visibilizar o cotidiano marajoara, com linguajar caboclo e uma cultura peculiar encontrada no contexto amazônico.

A obra *Marajó*, escrita em 1935, sob o título provisório de *Marinatambalo*, foi publicada, em 1947. Jurandir é um inconformista determinado quando se trata de exprimir os saberes, as dores e os costumes de seu povo em narrativas que nos revela a mulher e o homem amazônidas em infundáveis lutas e resistências. E a própria realidade da sociedade marajoara constituída por suas dantescas contradições. Afinal, como argumenta Maria Rosa (2009) *apud* Salles, “[...] se uma literatura não serve para pôr em xeque as fontes oficiais da História, desarrumar as normas estabelecidas pelas elites sociais, ela não vale como representação da realidade”, o que caracteriza um elo comunicativo entre literatura e história. Uma obra cheia de diversidades socioantropológicas, etnográficas e historiográfica.

Invisibilizadas e subversivas? São elas, as mulheres dalcidianas

⁴ A obra de Dalcídio Jurandir tem o mesmo nome da Ilha costeira do tipo fluviomarítima situada no Estado do Pará, Amazônia Oriental, Brasil.

⁵ Usado por Abílio Pacheco. Ciclo de palestras do IFPA Mar/2009 – com o tema Dalcídio Jurandir: 100 anos do “Elegante Fidalgo das vastidões marajoaras”.

Para escutar a voz sufocada dessas mulheres faz-se uma caminhada pelo meio das matas onde estão os grandes latifundiários que a exemplo do Coronel (Cel.) Manoel Coutinho, filho de colonizador português, exerce seu poder no povoado de Ponta de Pedras, ilha do Marajó e até onde a vista alcança. Cel. Coutinho tem um único filho e o batizou com o seu mesmo nome, Manoel Coutinho Filho, apelidado de Missunga⁶ por Guita⁷ e pelas amas de leite desde que nasceu. Embora faça críticas e não concorde com as atitudes de seu pai, ele também será coronel!

Com toda autoridade e poder do coronel, as caboclas do lugar não escapavam do poder e da violência dos *Coutinhos*, estes faziam questão de exhibir-se diante dos amigos em Belém, capital do estado do Pará, dizendo que sabiam povoar o mato do Marajó cruzando o seu fidalgo sangue português com o das índias e das negras – a terra deveria ter a “marca dos Coutinhos, pois de que serviriam as vacas e as mulheres senão para aumentar o rebanho?” (JURANDIR, 2008, p. 55). Um triste cenário quando as mulheres são menosprezadas, submissas e silenciadas, mas necessárias para as continuidades de barbáries machistas, seja na Amazônia ou em terras distantes.

Com efeito, em *Pode o subalterno falar?* A indiana Gayatri Spivak também denuncia a prática cultural do seu povo, ao refletir sobre as mulheres e seu lugar na *imolação das viúvas*, um lugar inquietante e conflitante para elas dentro do contexto dito “pós-colonial”. Spivak dá o exemplo de uma jovem indiana e viúva que pela cultura patriarcal não pode se “autorepresentar”, logo, não pode falar também. Nesse caso, a subalternidade da mulher é evidenciada pelo ritual cultural patriarcal, quando ela tenta argumentar que não quer morrer, no entanto, “não encontra os meios para se fazer ouvir” (SPIVAK, 2010, p. 15).

Para entender o que expomos sobre as mulheres amazônidas de Jurandir e as mulheres indianas de Spivak, há uma singularidade na denúncia – a subalternidade. O ritual patriarcal das mulheres viúvas é para a autora um dos mais contestados sacrifícios, ou seja, quando seus maridos morrem, lhes são tirados os direitos de continuar vivendo e reconstruir suas vidas, sozinhas com os filhos ou, casar novamente. A mulher é indispensável para o *garhasthya*⁸, no entanto, é subalternizada à domesticidade, acompanhando o marido após a morte, exceto

⁶ Significa “menino branco com linguagem de negro”. Missunga tem desde a infância uma forte ligação afetiva com as mulheres caboclas. Foi cuidado por sua ama de leite negra Siá Felismina e outras mulheres que trabalhavam em sua casa – sendo que com algumas delas o seu pai gerou filhos (BOLLE, 2011, p. 69).

⁷ Uma das crianças que viveu na casa grande brincando com o filho do coronel. Depois de moça, também foi envolvida e estuprada pelo laço machista do coronelzinho.

⁸ Quando o homem decide constituir família, torna-se o chefe da família, faz sacrifícios, esmola, adora os deuses e a mulher o acompanha em todos os seus passos, como uma sombra, silenciosa, submissa (SPIVAK, 2010).

quando ela está grávida. Segundo a tradição da imolação, a morte da esposa leva o marido ao céu, caso ele tenha muitos pecados e vivido em confusão na terra.

O que lhe é imposto então? Sair da vida sem falar o que quer ou o que não quer! Nesse campo tão carregado de preconceito machista, não é fácil responder questões voltadas para a consciência da mulher subalterna, sendo de extrema relevância lembrar que os homens coloniais, pós-coloniais, radicais e pragmáticos tratam os projetos feministas como uma “digressão idealista”, ignorando-os como ações políticas e frutos de um radicalismo machista (SPIVAK, 2010). Spivak reforça as evidentes denúncias de subalternidade das mulheres amazônidas em Marajó, quando afirma:

Entre o patriarcado e o imperialismo, a constituição do sujeito e a formação do objeto, a figura da mulher desaparece, não como um vazio imaculado, mas em um violento arremesso que é a figuração deslocada da “mulher do Terceiro Mundo”, encurralada entre a tradição e a modernização (SPIVAK, 2010, p.119).

É possível então, diante de tantas denúncias, seja no chão amazônico ou em terras indianas, questionar a inquestionável mudez da mulher subalternizada, como processo imperialista, patriarcal e atemporal? As falas de Spivak e as de Jurandir, demonstram que o poder patriarcal é implacável no trato com elas, uma subalternidade global. Na Amazônia, são as mulheres dalcidianas usadas e abusadas como objetos sexuais e depois, socialmente desclassificadas (BOLLE, 2011).

Santos (2015) diz que essas mulheres dicotomizam-se em categorias que levam da opressão à subversão, ou seja, as situações opressoras provocam em algumas dessas personagens “subversão a ordem social em que estão inseridas”, com o objetivo de livrar-se da opressão de uma sociedade falocêntrica e estupradora de sonhos (SANTOS, 2015, p. 45). Desse modo, as práticas coronelistas geracionais abusivas e cruéis não são somente pela apropriação das terras e águas, é pela posse das carnes e dos ventres das mulheres subalternizadas pelo poder colonizador. Dessa forma, Marta, Nhá Benedita, Siá Felismina, Orminda e Alaíde contam as histórias de subalternidades, subversividades e resistência aos desmandes dos donos do poder, muito bem representado pelo Cel. Coutinho que deseja possuir todas as mulheres e vai ensinando ao seu filho Missunga, como deve tratá-las.

Marta: de abuso em abuso – de menina à mulher... e puta!

Era ainda uma menina quando Marta foi morar na casa do tabelião Capitão Lafaiete para ajudar D. Guilhermina nas tarefas do lar. Logo, o abusador começou a mostrar seu poder, quando apresentava-se “[...] nas madrugadas, depois de um mergulho no trapiche, acordar a pequena Marta, cria da casa” (JURANDIR, 2008, p. 73). Esses desvarios do marido eram constantes e voltavam-se sempre a mente de D. Guilhermina. Mesmo antes de Marta ir morar lá, outras caboclinhas passaram pela casa, inclusive Inês, uma sobrinha de D. Guilhermina, também abusada sexualmente pelo tabelião. A memória de D. Guilhermina ressuscitava nas noites quando ele não queria jantar e dizia:

- Não quero, Guilhermina. Vou a casa do compadre. É o diabo. Meu estômago. Gemendo e apertando a barriga, saía. Ele entrava pelos fundos da casa escorado no cacau espesso e começava a imitar o cavalo comendo capim. Tinha o fungo do nariz jeitoso para imitar. Então, D. Guilhermina gritava: - Inês, ó Inês! Vai ver o cavalo entrando pelo buraco do quintal. Já pedi pro Lafaiete mandar fechar esse quintal. Anda, Inês! (JURANDIR, 2008, p. 188).

E assim, mais uma menina era abusada sexualmente, violentada em silêncio em troca de comida e dormida na casa do patrão. Estuprada em sua infância. Rejeitada. A esposa sabia das facetas do capitão e se lamentava por não lhe ter dado um filho para consolo. Quando Marta foi morar com eles, os estupros eram diários e a menina engravidou. Foi jogada nos braços da injustiça. Marta estava recolhida no canto da casa com a mão no ventre. Capitão Lafaiete viu e tomou a frente com receio que a menina o denunciasse:

- Vendo, Guilhermina? Eu já suspeitava, eu já suspeitava... porta da rua com ela, [...] Guilhermina suspeitará? Marta confessará? – bradava que a cabocla procurasse a vida, os homens, o mundo, contando que saísse de casa. E em casa de família! D. Guilhermina suspeitou, teve medo ou hesitou em interrogar a pequena e dela ouvir o que não queria saber. Ao mesmo tempo compreendeu que talvez estivesse sendo injusta com o marido. Melhor nada saber e deixou que as palavras de Lafaiete enchessem aquela noite sobre Marta e a obrigassem a partir (JURANDIR, 2008, p. 72).

Marta se foi. Caminhando pelo silêncio da noite, ainda escutava as palavras do patrão cinicamente dizer aos berros – E em casa de família! Pensava ainda como denunciar o tal que tanto lhe fez maldade. Aquele homem além da violência deu-lhe um filho, e mesmo assim a verminose o levou, ela ficou aliviada por ter se livrado do fardo da maternidade e da tamanha responsabilidade para uma criança que era.

De montaria em montaria, “[...] remando entre homens que bebiam e cantavam, a insultavam e amavam [...]”, Marta virou puta, não se importava mais com a desgraça que tinha lhe acontecido e quando as lembranças de Capitão Lafaiete tocando seu corpo pequeno e

esguiu teimavam em castigar sua cabeça, tomava cachaça, saía para as festas em sítios distantes. Lembrou-se quando estava na Festa de Santo Ivo e, “[...] o amante, bêbado, quis atirá-la na lama, alargar a montaria no estirão, naquela escura e tão infeliz madrugada da morte de Laura no terreiro da festa” (JURANDIR, 2008, p. 73).

Foi a morte de Laura que a levou para a casa do seu Néilson. A senhora dele enlouqueceu com o trauma da morte e carecia de uma pessoa para cuidar dela. Um ano depois, já viúvo, seu Néilson e Marta tiveram uma filha – a Elmira, “nasceu com os olhos azuis do pai. Tão crescida que já estava, numa tarde no banho desapareceu na maré” (JURANDIR, 2008, p. 73). Para Marta, era um orgulho ter uma filha branca, com os olhos azuis, representava ser respeitada, porque havia sido amparada por um homem branco, parente de Cel. Coutinho, seu Néilson, “branco, alto e curvo, tinha um ar histórico de velho bandeirante.” Sucessivas derrotas na vida da tão jovem Marta levaram-na para traições. Sentia muita falta de Elmira. Ainda assim, aventurava-se com outros homens que a desejavam, – “seu corpo D. Marta. É doce. Tem rapadura⁹” (JURANDIR, 2008, p. 74), dizia um deles. Marta permitia-se sentir-se viva – esquecia-se momentaneamente, a dor de ter perdido a filha.

Marta arrependeu-se de ter traído seu Néilson, homem bom que havia abandonado a moça após ter conhecimento das traições. Para voltar a morar com ele, “[...] era capaz de pedir de joelhos um lugar de lavadeira para seu Néilson”, pensava Marta, iludida por Calilo, seu maior arrependimento. Calilo era o sírio que depois de relacionar-se com Marta julgou-a indigna de ser uma senhora de respeito. Deu-lhe uma nota de cinquenta mil-réis e quando ela reclamou que não era puta para receber pagamento, ele “[...] arrastou a mulher pela ponte, agrediu-lhe a pontapés, jogou-a no fundo da montaria.” As águas arrastaram a montaria e a levaram em pensamentos “[...] sou uma amaldiçoada, [...] tinha de ser o que foi como menina. Uma desamparada, uma ninguém.” (JURANDIR, 2008, p. 161). Marta odiava Capitão Lafaiete.

Nhá Benedita: negra alforriada, doceira, amassadora de açaí e amante de Cel. Coutinho

Missunga gostava de visitar Nhá Benedita, lembrava que ela era a melhor amassadora de açaí de Ponta de Pedras e sempre que lá estava, mandava recado por Ciloca, o leproso, “[...] que ia tomar açaí apanhado na hora e amassado por ela” (JURANDIR, 2008, p. 77-79). Era assim em quase todas as vezes que passava pela vila, o *coronelzinho*, como era

⁹ Doce feito a partir do caldo concentrado da cana-de-açúcar.

conhecido, dizia que o açaí dela “trazia o sabor do antigo tempo quando havia escravos em Ponta de Pedras”. Porém, as relações de trabalho nas fazendas de seu pai não eram de todas diferentes de outros tempos escravocratas.

Nhá Benedita relembra ainda que no seu tempo de escrava, outras mulheres como Catarina, Margarida, Maria do Nantes, netas de escravas, batiam algodão de noite, “[...] era a “batição”, como um rumor de tambor surdo nas palhoças, acordando a vila nas madrugadas”. A mulher falava com a voz melancólica desses trabalhos aos quais eram submetidas como negras escravizadas ou netas, muitas vezes, além de trabalhar durante o dia na cozinha da casa grande, passavam as noites ou madrugadas em outras tarefas. O filho do coronel escutava atentamente e pedia para que Nhá Benedita contasse mais histórias do tempo da escravidão, e quando ela ainda era jovem, enquanto isso, olhava a

[...] preta doceira, amassava o açaí. Os quartos dela se mexiam, peitos, braços indo-e-vindo no velho alguidar. Nhá Benedita! Suas cadeiras de almofada buliam, rebuliam no tempo do lundu, do coco. Era nova e por isso cativo de sua mãe bom tempo era (JURANDIR, 2008, p. 78).

Nhá Benedita, moça formosa e robusta em sua juventude, trabalhava na casa de Cel. Coutinho quando este era casado com D. Branca, mãe de Missunga. A mulher não escondia que foi amante do coronel e com ele teve um casal de filhos, Elesbão¹⁰ que morreu aos doze anos de idade e Estefânia, cantava no coro da igreja quando ainda era viva. Com a boca torta de tanto fumar cachimbo, a alforriada conta que “[...] guardava no oratório atrás da imagem de S. Benedito a carta de alforria que o Coronel Coutinho, muito novo ainda, lhe dera [...] quando ia ter o Elesbão [...]”. Para ela, aquela carta de alforria era um tesouro muito bem guardado. Trouxe-lhe conforto, um pedaço de terra para morar. Aos olhos de Nhá Benedita, este tal era um homem bom!

Missunga olhava para a negra e recordava suas travessuras de moleque com os outros meninos – quando ela colocava o tabuleiro de doces na cabeça e saía vendendo pelas ruas, eles se escondiam no mato para derrubar o tabuleiro e comer todos os doces. Danada com o prejuízo ela recorria ao Coronel. Ele ameaçava bater no filho, mas logo ela pedia que não o fizesse, pois a mãe dele já estava doente e podia piorar. Então, o coronel pagava o prejuízo. Ela abaixava a cabeça e com voz servil agradecia, como se ainda fosse uma escravizada.

¹⁰ Nome dado em homenagem a Santo Elesbão, rei católico e negro, nascido na Etiópia. Esse santo é cultuado principalmente entre as irmandades cristãs negras, em todo o Ocidente. Ver mais em <https://revistaraca.com.br/o-rei-negro-que-virou-santo/>.

Não se sabe ao certo se as recordações de Missunga eram de arrependimento pelas atitudes com a mulher ou pelas ações de poder que o velho coronel aplicava aos caprichos do filho. O certo é que a velha mulher, alforriada, mantinha-se em obediência ao coronel e passava a mão na cabeça do menino e este, “[...] não esquece, aquelas mãos da preta na cabeça, aqueles braços que o protegeram do pai” (JURANDIR, 2008, p. 83), uma postura materna e subalterna, como aprendeu a ter desde menina.

Siá Felismina: entre as lágrimas e as redes tecidas para os brancos

A benzedeira tinha um grande tesouro – sua filha Orminda, menina travessa que enchia seus dias de alegria. Era Orminda, Das Dores e mais três filhos, Francisco que morreu lutando na Cabanagem¹¹; Marcelino – andava pelas ruas de Pontas de Pedras, todo inchado de tanto beber cachaça, dizia que só prestava para ser ladrão e não sabia porque Deus não o tinha levado, ela sofria porque o filho padecia de flechada de bicho¹², por último, Estevão, perdido no Jari¹³. Era barqueiro na Contra-Costa, não dava notícias nem visitava a mãe desde que partira. Pelas conclusões de Missunga, todos os filhos de Siá Felismina eram seus irmãos também, inclusive Orminda, a cabocla formosa que tanto desejava possuir. Além de artesã e benzedeira, Siá foi ama de leite do coronelzinho que mesmo adulto, a chamava de mãe.

Se espantou mea mãe? - Por que não? Você antão já não me conhecia. Veja! - Mea mãe sempre falei consigo, mea mãe. Não fale. Não falei com a senhora hoje? - Missunga, sempre te lembra que fui tua mãe. Tu te esquece de me tomá a bença, mal-agradecido. D. branca coitada sem um pingo de leite. Quem te viu, esse chorão. Agora, faz é parte que não vê a gente. Branco, heim? (JURANDIR, 2008, p.80).

Esses encontros se davam nas novenas e rezas, onde as pessoas deixavam seus afazeres e iam para a pequena igreja. Siá Felismina gostava de ver sua filha Orminda cantando no coral, “[...] tua voz nasceu para o coro pobre da velha igreja. Talvez rezes pelo teu irmão na Contra-Costa.” (p. 84). Momentos como estes, amenizavam a dor e o sofrimento da velha benzedeira que carregava na alma a carga de uma vida sofrida.

Siá Felismina cuidou da casa grande quando D. Branca (primeira mulher do Cel. Coutinho) ainda era viva, amamentou o pequeno Missunga quando nasceu e ainda, viveu ao poder do coronel, subserviente às suas vontades. Missunga, curioso, perguntava se ele tinha sido menino mamador e Siá Felismina, respondeu “- meu filho, você quando me mamava

¹¹ Cabanagem foi uma revolta popular e social ocorrida durante o Império do Brasil de 1835 a 1840.

¹² Entidades encantadas da Amazônia

¹³ Rio que banha os estados do Pará e do Amapá, no Brasil.

mordia meu peito por demais. Cadê então que se alembra?” (p. 82). E assim a artesã continuava, debruçada sobre as redes que tecia para os brancos, perdia-se em suas memórias quando lembrava da conversa com o filho Francisco, antes deste ir para a guerra:

Quero servir a Pátria, mamãe. Que faço aqui? Ser eleitor de Coronel Coutinho? Apanhando açai toda a vida? Já criei calo de tanto trepar em açazeiro, mamãe. É só desgosto. Só temos esta miséria. Até tesouro enterrado já escavaquei. [...]. As redes de Siá Felismina eram faladas. Fazendeiros e doutores lhe mandavam fio, as redes saíam bonitas, grandes. - Meu filho morreu na revolta [...]. Meu filho com a barriga aberta na rua como qualquer desgraçado e os mandões se abraçando. Me contaro que pedia água, água, quando morria. Até água não quisero dar pro pobre do meu filho. Dai por diante, as redes de Siá Felismina eram feitas também com os fios de suas lágrimas, numa revolta contra os brancos. Com esse ódio, tecia as redes para branco ter amor, ter sossego, dizia ela. (JURANDIR, 2008, p. 80-81).

Pelos dias que se arrastavam na vida de Siá Felismina, ela evitava falar da época em que trabalhava na casa grande e do poder insaciável do coronel. Remoía a vontade de ter “uma nova Cabanagem para acabar com muito branco” e vingar a morte do filho Francisco, queria que todos os cabanos lutassem para compensar-lhe as lágrimas derramadas. Teando ao lado de Orminda, aconselhava a filha para que não caísse na lábia de homem branco, principalmente Capitão Lafaiete que ficava arrumando desculpas para visitar a moça, este só queria se aproveitar de sua formosura. *Seu Calilo (o sírio) era outro traste!* Enfatizava Siá Felismina a filha.

Siá Felismina teava as redes, chorava baixinho. Resignada ao silêncio e sozinha na sua velha barraca murmurava pela má sorte de seus filhos e filhas – “um clamor na sombra, escuro e anônimo, clamor de todas as mães de prostitutas e ladrões”. Era um clamor que “[...] chamava a escuridão da consciência, que se confundiam nessa viva sensação de treva [...] seria assim, talvez, a voz dos homens primitivos gritando o seu medo e a sua dor?” (JURANDIR, 2008, p. 33-140). Caíam-lhe as lágrimas nos fios, silenciosamente.

Orminda e os comedores de carne: inescrupulosos homens famintos

E quando se trata de Orminda, filha de Siá Felismina, tem muita história para contar, a moça desfila um rosário de travessuras e um coração generoso demais. Menina branca, é a mais nova da benzedeira. Sua mãe silenciava-se quando a conversa é sobre a paternidade de seus filhos. As fofocas correm de um lado para o outro e até mesmo Capitão Lafaiete questionava – será mesmo que “Orminda é filha do Cel. Coutinho?” Em outro momento, Missunga divagava – “Orminda, talvez minha irmã, minha amante, amanhã, quem sabe?”

Homens como Capitão Lafaiete, Missunga, Calilo, Rafael, Hemetério, Ciloca (o leproso) e o próprio Cel. Coutinho enfileiravam-se desejosos para possuí-la ou, – “ao menos um olhar dela já aliviava o coração dos homens apaixonados por ela” – era o que dizia Hemetério. Eram homens inescrupulosos, pensavam na satisfação da carne e do vício sexual. Assim era Capitão Lafaiete,

[...] ia à barraca da velha com a desculpa de admirar o jirau. [...] o jirau era ao lado da barraca, com um pé de amor-crescido, o bogari, tajás e um amor dos homens, flor que muda três vezes ao dia: branca, encarnada, cor de rosa. Lafaiete prometia sementes de rosa e hortência para o jirau! Com os olhos em Orminda, sem ouvir Siá Felismina contar que a barraca estava para cair. Fazia redes bonitas para os brancos, mas como comprar fio para fazer a dela? [...] Lafaiete desconversava e voltava a prometer as sementes de rosa (JURANDIR, 2008, p. 110).

Siá Felismina sabia da beleza e do poder sedutor que a filha tinha, e tentava barganhar com o tabelião palha nova para cobrir as goteiras do seu velho casebre, mas homem só tinha olhos mesmo era para a moça faceira que ajudava a mãe a tecer as redes. Orminda seduzia, subversiva sim! Capitão Lafaiete que o diga, passara dois dias e duas noites mandando cavar ouro, pois havia prometido um anel, um par de brincos e um vistoso broche à Orminda. A moça, deitada debaixo das árvores, esquecia as insistências sexuais de Lafaiete e até as queixas da mãe e as indiretas das filhas da negra Feliciana. Orminda corria com pressa para perto de sua mãe e dos bilros, ajudando a fazer renda.

Quando marcava com algum homem a noite na praia de Mangabeira, sempre inventava desculpas para fugir da mãe, que história contar? Pensava nas promessas de Calilo, lhe oferecia tecidos para vestidos novos e sapatos, além de outras coisas. Este, era outro que vivia perseguindo Orminda à espreita por dentro do mato perto da casa dela. Calilo dizia que Orminda era mulher feiticeira, encantada, deixava os homens loucos. Diziam lá em Ponta de Pedras que Orminda foi encontrada na praia, não nasceu da velha Felismina. Orminda nasceu da mãe d'água¹⁴. Anoteceu e Orminda gritou para a mãe, já na porta dos fundos do casebre:

Mamãe, vou ali. Andou por cima duns paus, - atravessou a capoeira [...] caminhava como se fosse para uma festa. [...] o senhor veio todo ensapatado eh? Capitão Lafaiete ia responder quando ela, de súbito, o largou no meio da estiva, corre ligeira pelo tronco e desaparece. Afundou os sapatos na lama. [...] ofegante, chamando baixo por Orminda, que acabasse com aquela brincadeira, limpou a lama do rosto, como se deixou enganar [...] voltou a gritar na escuridão: - Orminda, Orminda, ó Orminda! Nem sombra nem rastro de Orminda. (JURANDIR, 2008, p. 119-120).

¹⁴ Entidade encantada da Amazônia, também conhecida por Iara.

Era moça arteira demais, zombava dos homens, usava a beleza do seu corpo como forma de resistência. Controlava os homens e não se importava com as fofocas do lugar. Controlava sua sexualidade feminina de várias formas. Não se submetia aos padrões misóginos impostos na época. Reagia com risadas e caretas quando algum homem queria moldá-la ou tomá-la para si. Saía correndo pelos campos ou entrava em montaria e remava pelos rios, cabelos longos e negros soltos ao vento. “Era o exercício da sedução transgressora” (ARAÚJO, 2004, p. 53).

Orminda era *médium*, por conta disso foi acusada de feitiçaria quando auxiliava Manuel Rodrigues em uma mesa espírita durante a noite na casa de seu Felipe e lá, incorporou uma entidade. Foi lameada pela língua dos escarnecedores e fugiu de casa com medo da surra que a mãe, católica, lhe daria.

Procurou Calilo para viver com ele, porém o sírio ficou em dúvida, pois já era casado e disse que ela era doida de querer viver com ele, mesmo porque ele pensava que suas despesas com a moça na loja do Fontes aumentariam muito. Orminda esbravejou de raiva e disse que o homem não tinha palavra. Virou as costas e se foi, o sírio ficou a pensar como seria bom cheirá-la toda, abraça-la e possui-la.

Procurou o Capitão Lafaiete que também não quis assumir nenhum compromisso com ela, no mesmo instante sua mãe pensava alto: “- Hum pequena. Tua mestra é tu mesma. Segue tua sorte. Quem se perde na sem-vergonhice, perde até o amor de mãe. Vai pros homens, vai pro teu cio, vai!” (JURANDIR, 2008, p.140). Orminda se foi, um dia estava na fazenda *Felicidade* com Alaíde e Missunga, outro dia em Abaeté com a madrinha Nhá Leonardina (feitiçeira muito respeitada naquela região), andava também por Cachoeira do Arari e diziam que ela tinha deitado até com o sacristão da igreja. Como maldição por esse pecado mortal, a marca do corpo dela tinha ficado gravado no chão da igreja. Orminda não se importava. Transgredia padrões sociais e patriarcais. Faceira e subversiva seguia pela vida. Era feliz.

Alaíde emprenhada pelas quimeras de *Felicidade*

Embora Alaíde contasse a história de seu nascimento e que seu pai tinha morrido no rio da Fábrica e sua mãe, grávida, morrera também, ao tombar depois de ter apanhado um cacho de açáí. A menina não tinha lágrimas nos olhos, mas uma dor silenciosa, muda. Era a história da sua vida que lhe fora contada. Mas será Alaíde, filha de Cel. Coutinho, também? Missunga refletia sobre essa questão quando viu a rejeição de seu pai em relação a moça – “não sabe que uma cabocla besta dessa pode lhe fazer mal? [...] não sabe o que é uma cabocla

quando pega rapaz...[...] você lá conhece o que é ruindade de índio...Você deve partir meu filho” (JURANDIR, 2008, p. 99-100). O coronel insistia que o filho voltasse para Belém e terminasse seus estudos, porém, Missunga não aceitava a imposição do pai e desabafava em voz alta: - “É, papai fala de mim. Querem ver é só ir perguntando pelo Marajó-açu a dentro: quem é teu pai guri? É meu padrinho Coronel Coutinho. E o teu? É meu padrinho Coronel Coutinho [...] (JURANDIR, 2008, p.100).

As quimeras na vida de Alaíde vão se enrolando quando Missunga se apropriou das antigas terras do finado Felipe, em Paricatuba. O coronel estava em Minas Gerais, sudeste do Brasil, sua madrasta dona Ermelinda em Belém, usufruindo da riqueza que o dinheiro do fazendeiro lhe dava. Missunga em eufórico desvario soltou ao vento notícias que:

[...] quer cem homens para trabalhar em Paricatuba, [...] vinte e seis apareceram. – Oh! Mas vocês não valem dez homens, meus velhos. Quero esse capoeiral abaixo. Até descobrir a estrada de seringueira. Pago três mil-réis com comida. Quero mais homens. Iam embora da vila e dos sítios porque não havia trabalho. Pois agora vai haver trabalho. Quero transformar essas terras em celeiro (JURANDIR, 2008, p. 165).

Missunga decidira que se juntaria com Alaíde! As coisas iam se arrumando naquela fazenda a qual daria o nome de Felicidade. Mandou buscar a moça. Ele a esperava na estiva do miritizeiro caído, quando Alaíde desembarcou da canoa, o coronelzinho a envolveu pela cintura. Ela usava um vestido velho cor de terra, a rede embaixo do braço e um largo sorriso no rosto. Ele mandara trocar as palhas e limpar a barraca. Ela suspendeu a rede no esteio e falou – “seu pai não gosta de mim, é meu padrinho, mas não gosta”. Missunga resmungou e levou Alaíde pelo braço para ver a tabuleta que mandara pintar com o novo nome do lugar que era conhecido como Santo André. “– o nome sua boba, não advinha? É Felicidade ouviu? Felicidade. E você vai já-já aprender a soletrar este nome” (JURANDIR, 2008, p. 164).

O sonho do “bom” moço em relação a fazenda Felicidade, depois de muitos gastos descontrolados, famílias inteiras levadas à Paricatuba com a esperança de nova vida, durou somente até a chegada do coronel Coutinho de volta ao lugar, como o vento, tudo se foi, pensava Missunga, tudo. Até Alaíde quase ia, porém, estava grávida dele e feliz por lhe dá um filho. Correu para dizer ao coronelzinho, irritado com a notícia mandou tirar (abortar), ela obedeceu. Missunga ouviu os gritos de Alaíde, ao chegar na beira da maré viu vagamente,

[...] qualquer coisa viscosa sangrando na vazante. Era o seu lixo, [...] Alaíde gritando. Se os gritos parassem talvez fosse a morte. [...] Missunga sentiu falta de cigarros, nenhuma piedade por Alaíde! – tinha a sua cara... Ele... – Ele? Feto? Era a

sua cara. Maré levou, peixe comeu. – cale a boca! E aquela cabocla a lhe dizer que o monstrengo tinha a cara dele. (JURANDIR, 2008, p. 242-246).

Alaíde caiu em tristeza e dor, ficou muito doente, se arrependera por ter abortado, queria o filho do homem branco que amava, assim como muitas mulheres queriam ficar ao lado do filho único do velho Cel. Coutinho. A geração dos Coutinhos emprenhada na Amazônia escorria pelos rios, envermelhava as águas de Marajó-açu, e se enterrava nos pântanos.

Alaíde e Missunga fugiram do coronel e foram morar no rio da Fábrica. O velho foi buscá-lo, não queria a união com aquela mulher, ela não era branca, era analfabeta, e os outros “[...] contavam que Alaíde ia tirar raiz de liamba no mato e fazia o cigarro para Missunga fumar, endoidecer aos bocadinhos, era o que se falava no barracão do Ângelo.” (p. 379). Alaíde ficou atormentada com as acusações. Ela que viveu a vida com a mãe apanhando açáí, agora era acusada de fazer feitiçaria, ser bruxa. Isso não! Capitão Lafaiete gritava na pequena vila, dizendo que ela, Alaíde, era uma vampira e ia levar o filho do coronel para o abismo. Cel. Coutinho olhava para o filho e não acreditava no que estava vendo e balançou a cabeça com pesar e lamentou, “[...] agora, sim. Um Coutinho metido nisso. Meu filho, meu único filho. A quem chega uma degeneração” (JURANDIR, 2008, p. 380).

Alaíde cansada de tantas injúrias com seu nome, queria mesmo que o coronel levasse o filho de volta para a casa grande. Ela? Pensava em ir para Belém trabalhar nas fábricas de castanha-do-Pará. Quem sabe se tivesse ficado mais perto de Ormindá, teria força para seguir em frente e sair daquela ilha que não mais lhe queria. Caminhava devagar em direção a montaria. Estava sozinha agora.

Elas, dalcidianas e os homens apagadores de sonhos e destruidores de vidas

Quando se chega neste ponto do texto, diante de tantas narrativas e memórias das mulheres dalcidianas, percebe-se que a intuição inicial e o receio de imergir nas águas de *Marajó* fora compensada pelas vozes subalternizadas femininas, que gritaram em nossos ouvidos e se fizeram ecoar neste século XXI. Vozes etnografadas que se soltaram e nos fizeram compreender suas estratégias de sobrevivência em um cotidiano marcado pelas relações de poder, assimetria de gênero, violência e opressão.

Estas mulheres, descritas na Amazônia e em outros cenários como feiticeiras, sedutoras e proliferadoras de pecado, estão marcadas para sempre no contexto historiográfico

universal. Delemeau (2009) ao tratar do pensamento europeu e a questão do medo no ocidente relata que a figura feminina sempre foi representativa na história de algo ao mesmo tempo perigoso e poderoso, historicamente a figura da mulher é pensada enquanto promíscua, aquela que induz ao pecado, ao erro, desencaminha a humanidade, servindo-se sempre de artifícios mágicos para conseguir seus objetivos.

Em seu artigo *Jardim do Éden revisitado*, Roque Laraia (1997) visibiliza também a questão da mulher sedutora e demoníaca quando expõe a rebeldia de Lilith¹⁵, que não se submeteu à dominação de Adão em manter relação sexual sempre deitado por cima dela e exigiu ficar por cima dele. Adão não aceitou sua “desobediência” e se queixou a Deus. Lilith fugiu para o Mar Vermelho e o

Criador, que enviou três anjos em busca da rebelde. [...] Os emissários do Senhor tentaram em vão convencer a fujona. Ameaçaram afogá-la no mar. Lilith, porém, respondeu: “Deixem-me, não sabeis que não fui criada em vão. [...] Lilith seria uma figura sedutora, de longos cabelos, que voa à noite, como uma coruja, para atacar os homens que dormem sozinhos. As poluções noturnas masculinas podem significar um ato de conúbio com a demônia, capaz de gerar filhos demônios para a mesma (LARAIA, 1997, p.152).

Este rosário de mulheres historiografadas pela Antropologia, pela Sociologia, pela História e outras áreas de conhecimento, contado desde a “origem do mundo” não deu conta ainda de apagar a subalternidade feminina na sociedade patriarcal, mas já dá sinal na contemporaneidade de uma cultura em que a voz feminina ressoa nos campos intelectuais. Para Laraia (1997), a mulher que não se cala é condenada aos mais obscuros castigos e maldições e, embora o autor revise o livro de Gênesis no Velho Testamento da Bíblia e dialogue com alguns clássicos da literatura, é proposital trazer as mulheres da religião para este cenário de subalternidade e silenciamento delas, que vem desde os primórdios da civilização humana. Vieira, et al., (2014) reforça que as relações de gênero estão ligadas às questões de poder construídas assimetricamente pelo que se estruturou “isso é de homem” “aquilo é de mulher”. E estes lugares constituídos de gênero ainda estão, em grande medida, presentes no contexto amazônico, especialmente nas comunidades tradicionais.

¹⁵ Lilith é usualmente derivado da palavra Babilônica/Assíria Lilitu ‘um demônio feminino ou um espírito do vento’ – parte de uma tríade mencionada nas invocações mágicas babilônicas. Mas aparece mais cedo como Lilake em uma inscrição Sumeriana do ano 2000 a.C. que contém a lenda ‘Gilgamesh e o Salgueiro’. É uma demônia vivendo em um tronco de salgueiro vigiado pela deusa Inanna (Anath) em uma margem do Eufrates. A etimologia do hebreu popular parece derivar Lilith de layl, noite, e ela frequentemente aparece como um monstro noturno peludo no folclore Árabe.” (GRAVES E PATAI, 1983:68). Segundo a tradição judaica, Lilith foi a primeira mulher que Deus colocou ao lado de Adão, mas foi expulsa do paraíso por não se submeter aos desejos de Adão.

Caminhando para a metade do século XX, se vê as atrocidades descomedidas do Cel. Coutinho e Capitão Lafaiete que colocam Alaíde como a mulher-vampiro, que estava aos poucos envenenando o único filho do velho coronel – Missunga. Lamentavelmente, este homem, Missunga, atravessa a vida de todas as mulheres e vai dilacerando suas existências, seus sonhos e as possibilidades de dias menos sofridos e mais livres. Mulheres que por um lado são subversivas ao sistema opressor, por outro ficam mudas e assim, dão continuidade ao machismo coronelista enxertado em terras marajoaras.

As mulheres eram assim, percebidas como as grandes ministras da idolatria, consideradas pelos teólogos durante o século IV como a metade subversiva da humanidade, por essa razão eram sempre muito temidas. Converte enquanto escuta-se Orminda, Siá Felismina, Nhá Benedita e a pajé Nhá Leonardina (não evidenciada no trabalho). Elas trazem a voz sufocada pela violência e desigualdade de gênero. Assim, a mulher segundo Delemeau (2009) passa a ser demonizada, pensada no século XVI como a causa de muitos males que assolavam a Europa. No século XX, a Amazônia escreve, visibiliza e conta em sua história, casos de perseguições, abusos e maus tratos de homens brancos às mulheres marajoaras.

Considerações

Ancorando *Borboleta* no porto solidão: reflexões

Quando veio a proposta de seguir a trama das mulheres dalcidianas Marta, Nhá Benedita, Siá Felismina, Orminda e Alaíde, que traçaram estratégias de sobrevivência, subversividade, resistência e convivência no meio de homens que pensavam quase o tempo todo em se satisfazer sexualmente, não se imaginava as muitas mulheres encobertas pelas folhagens subservientes de uma história invisibilizada. Mulheres que se auto discriminam por conta de um pensamento machista imbricado, imposto pelo patriarcado tradicional.

Segundo Del Priore (2004), o corpo da mulher era pensado enquanto um espaço nebuloso onde lutavam deus e o diabo. A figura da menstruação era percebida sempre como algo perigoso em que a mulher deveria se afastar de tudo e de todos, pois era nesse momento que seu corpo tornava-se perigoso e ao mesmo tempo indefeso, estava suscetível a todo tipo de elementos exteriores, recaindo sobre esta, uma série de interditos que marcaria este ciclo mensal. Desta forma, é possível compreender a representação acerca delas, mulheres dalcidianas, no universo social e cultural amazônico e as práticas da pajelança, pois durante a menstruação não poderia sequer trabalhar com as encantarias, e as pessoas se afastavam da mulher por considerá-la impura.

Dito isto, este ensaio nos possibilita andar pelas estradas molhadas da Amazônia dalcidiana para embrenhar-se em furos e rios, observar, refletir e concluir, ainda que temporariamente, a existência entre a casa grande, os casebres e os jiraus, de relações subalternas tão invisibilizadas pela opressão branca e, as práticas coronelistas vistas no século XX serpenteiam alegoricamente neste século XXI.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Carlos. A arte da sedução: sexualidade feminina na Colônia. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. 7. ed. – São Paulo: Contexto, 2004.

BOLLE, Willi. A escrita da história de Marajó, em Dalcídio Jurandir. *Novos Cadernos-Naea*, v. 14, n. 1, ISSN 1516-6481, jun. 2011, p. 43-78.

DELUMEAU, Jean, 1923 – História do medo no ocidente 1300-1800: uma cidade Sitiada; tradução Maria Lucia Machado; tradução de notas Heloísa Jahn. — São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DEL PRIORE, Mary. Magia e medicina na Colônia: o corpo feminino. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. 7. ed. – São Paulo: Contexto, 2004. p. 66-97.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

JURANDIR, Dalcídio, 1909-1979. *Marajó*. 4. ed. – Belém: Edufpa, 2008.

LARAIA, Roque de Barros. Jardim do Éden revisitado. *Revista de Antropologia*, São Paulo/SP, Usp, 1997, V. 40 n° 1.

SANTOS, Alinnie. *O Feminino em Dalcídio Jurandir: entre a opressão e a subversão*. XXVIII Simpósio Nacional de História – Lugares dos historiadores: Velhos e Novos Desafios. Jul. 2015, Florianópolis – SC.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Trad.Sandra R. G. Almeida; Marcos P. Feitosa; André P. Feitosa. ed. Ufmg/B. Horizonte-MG, 2010.

VIEIRA, Norma Cristina. [et al]. “O que é de mulher e o que é de homem”: Relações de Gênero na Pesca Artesanal Comunidade de Bonifácio, Amazônia Oriental, Brasil. *Raízes*, UFPB, v. 34, p. 8-23, 2014.